

Imprensa Nacional
Biblioteca Machado de Assis



B0016746

F
336.2
P896

TRIBUTOS E INFLAÇÃO



CAUSAS DO ENCARECIMENTO DA VIDA



JANEIRO — 1956

F 328.32
P896t

HAMILTON PRADO

TRIBUTOS E INFLAÇÃO

— ★ —

CAUSAS DO ENCARECIMENTO DA VIDA



RIO DE JANEIRO — 1956

F. 328.32
P. 896
2016246

Discurso do Deputado Sr. Hamilton Prado, proferido na Sessão do dia 6 de dezembro de 1955

O SR HAMILTON PRADO:

Sr. Presidente, realmente a situação econômico-financeira do País nos vem causando, progressivamente, apreensões e angústias. Já recentemente os órgãos de classe da indústria fizeram apelo aos homens públicos para que procurassem um nível de entendimento de que resultasse maior cooperação na solução aos problemas fundamentais da nossa economia. Dessa cooperação resultariam maiores facilidades para superarmos a conjuntura, melhor identificando suas causas, seus verdadeiros fatores.

Para fazermos uma identificação das causas verdadeiras dessa desordem econômico-financeira que vivemos, indispensável seria procurássemos focalizar os erros que já durante várias administrações se vêm verificando no terreno das políticas monetária, dos investimentos públicos e privados, comercial e cambial e, bem assim, da política social e da tributária.

É nosso empenho, Sr. Presidente, nas futuras sessões, focalizar cada um desses setores para mostrarmos esses erros, dado que a situação, realmente, é tal que deve causar-nos profundas apreensões. Hoje, meu objetivo é despertar o interesse desta Casa para um dos setores da administração pública: a política tributária, dentro do qual se vêm revelando tais desatinos que, podemos dizer, contribuíram-se aí a causa, o fator principal da inflação que nos está afogando.

Tenho, Sr. presidente, alguns quadros demonstrativos que melhor do que as palavras poderão dar ideia do que está acontecendo entre nós. Um deles, é um apanhado da evolução, do desenvolvimento do volume físico da

nossa produção industrial e agrícola a partir de 1939, de confronto com outros dados, inclusive a receita tributária da União, Estados e Municípios (gráfico n.º 1).

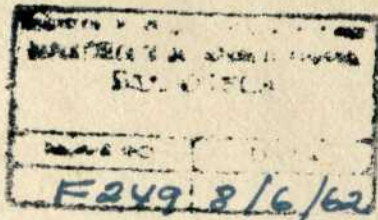
De acordo com as linhas de ascensão dos volumes físicos da produção — não os seus valores inflacionados pela queda do poder aquisitivo de nossa moeda — em confronto com os outros dados verificamos que, a partir de 1939 até ao ano de 1954 aconteceu essa coisa desconcertante:

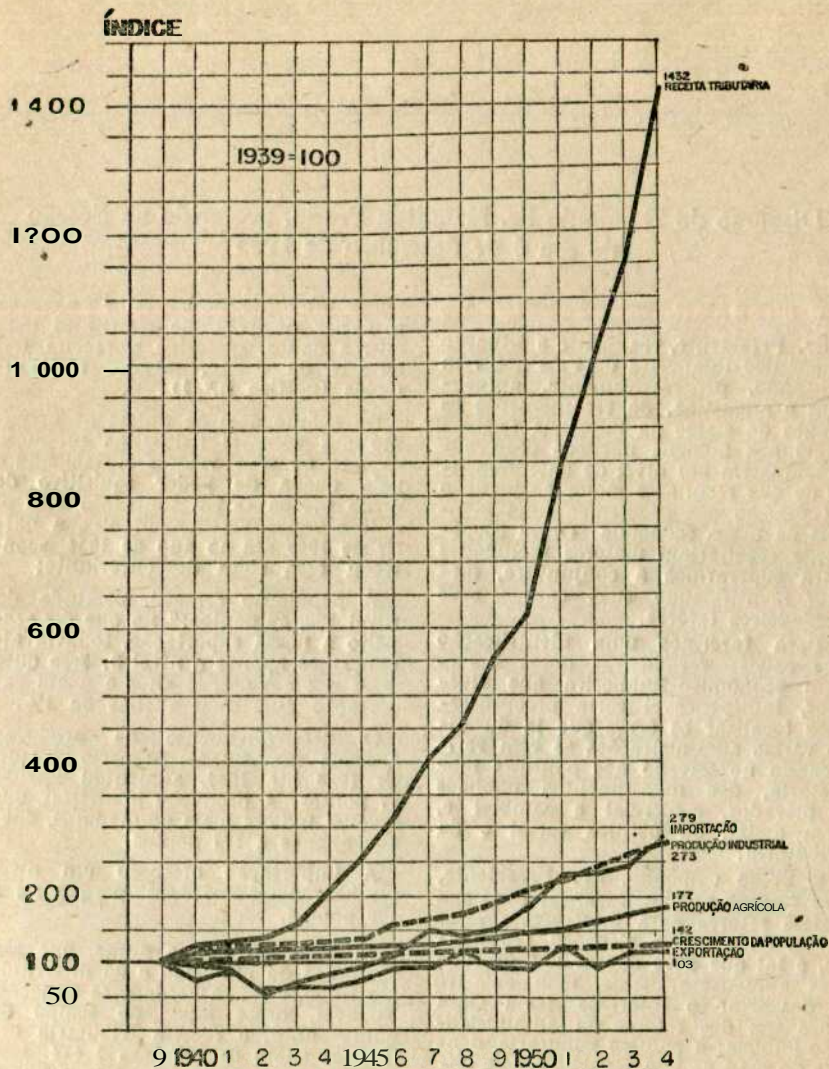
A população cresceu, partindo do nível 100, 42 pontos: “no que diz respeito à nossa exportação, todavia alcançamos apenas o nível 3. Isso quer dizer que em quinze anos a nossa exportação aumentou apenas de 3%.

O desenvolvimento da produção agrícola também foi precário porque, de 1939 até 1954, aumentou apenas 77 pontos. A produção industrial, que revelou índices mais animadores, chegou apenas a 177 pontos.

A importação ofereceu um nível também desconcertante, porque foi a 179 pontos.

Ai está, em linhas duras, que são as linhas da produção e do intercâmbio físico, a nossa verdadeira situação. Todavia, neste lapso de tempo de quinze anos, a receita tributária ordinária subiu de 100 para 1.432. Isso significa nem mais nem menos que o seguinte: enquanto não houve desenvolvimento da produção agrícola-industrial, em quinze anos, suficiente para dobrar o número de utilidades que ficaram à disposição de cada cidadão, nesses quinze anos cada um de nós passou a pagar dez vezes mais impostos ordinários arrecadados e compreendidos dentro da receita tri-





butária da União, dos Estados e Municípios.

Mas isto, Sr. Presidente, é apenas uma parte dos tributos que pagamos,

O Sr. Georges Galvão — V. Ex.^a não acredita que esse aumento da receita seja resultado de um aprimoramento da máquina administrativa, também?

O SR. HAMILTON PRADO — Não obstante esse aprimoramento tenha influído, evidentemente e substancialmente deve-se o crescimento da receita à circunstância de se terem aumentado as incidências fiscais, tanto na União, como nos Estados e nos Municípios.

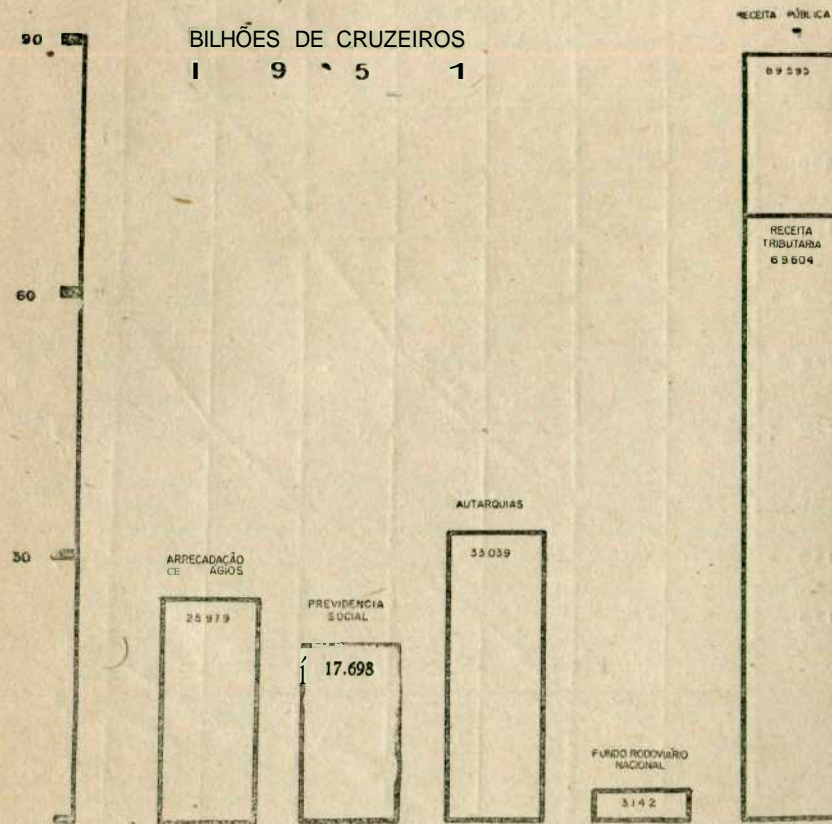
Chamo a atenção para o fato de que isto é apenas a receita tributá-

ria. Além dessa receita tributária, temos, onerando a produção em nosso País, mais o fundo rodoviário, as contribuições para os institutos de previdência, os ágios, as contribuições para as autarquias.

Não temos aqui, Sr. Presidente, dados outros que melhorariam o confronto, permitindo fossem considerados também outros fatores de encare-

cimento da produção, quais sejam o empréstimo compulsório e as contribuições para a L.B.A., SESI, SESC, SENAI e SENAC.

Mas, para que se faça uma ideia de quanto arrecadaram os organismos públicos em nosso País, em 1954, tenho aqui, no gráfico n.º 2, assinadas as cifras que puderam ser obtidas.



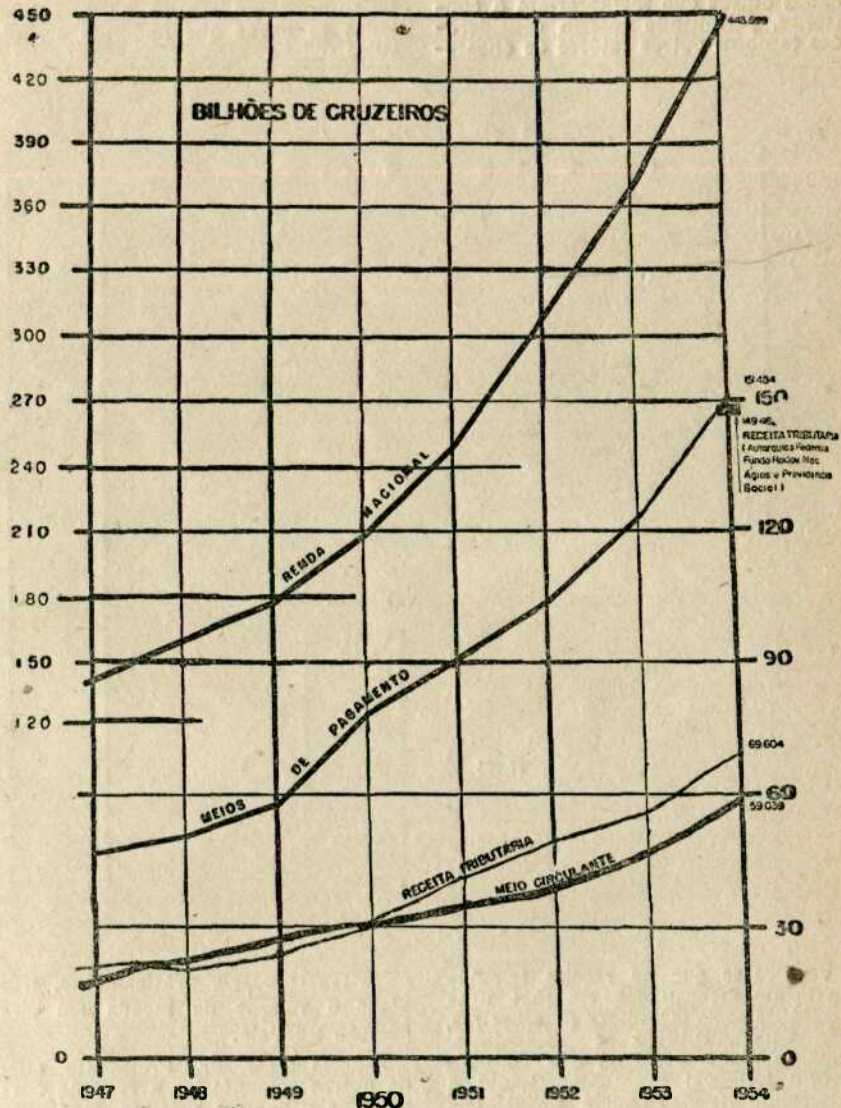
Verifica-se que na receita tributária foram arrecadados em 1954 praticamente setenta bilhões de cruzeiros, pela União, Estados e Municípios, mais Fundo Rodoviário, três bilhões e cem milhões; autarquias trinta e três bilhões; previdência social, dezessete bilhões e seiscentos milhões; ágios, vinte e seis bilhões, tudo isso somando uma cifra que, naquela oca-

sião, representava, praticamente, três vezes o volume da moeda em circulação no País.

Poderia tecer, Sr. presidente ainda outros comentários a respeito destes dois primeiros gráficos, mas prefiro passar adiante, porque é meu empenho sintetizar ao máximo a minha exposição.

Sr. Presidente, neste gráfico, que segue de n.º 3, procuramos fazer um paralelo dos tributos arrecadados, com o crescimento do meio circulante, e meios de pagamentos: observe-se que,

antes de 1947 a receita tributária arrecadada pela União, Estados e Municípios somava cifra inferior ao meio circulante, isto é, ao volume de moedas em circulação no País.



A partir do ano de 1948 se deu o inverso: o aumento da arrecadação tributária passou a dominar o volume ao meio circulante, como vemos nestas duas linhas — a vermelha, representando o meio circulante e a azul, representando a receita tributária. Evidentemente, estão aqui apenas computados os impostos e taxas compreendidos na receita tributária ordinária, porquanto se fôssemos acrescentar também as cifras pagas em ágios, autarquias federais, fundo rodoviário, etc. — cnegariamos Sr. Presidente, aqui no alto, acima da curva de ascensão dos meios de pagamento. Daí, Sr. Presidente, poder-se inferir, facilmente, que o aumento aos tributos se processou em rumo muito mais rápido que o do meio circulante (resultante das emissões), tendo, pois, exercido no fenómeno da depreciação progressiva da nossa moeda, uma influencia preponderante. Os senhores deputados devem ter notado essa influencia, aliás, quando vemos oportunidade de acompanhar a execução da Instrução 70. O impacto inflacionário foi brutal. Mas nem por não serem brutais deixam de ser menos eficientes, no que diz respeito à sua influencia na queda do poder aquisitivo da moeda, os impactos que vem tendo os sucessivos aumentos e novos impostos criados pela União, Estados e Municípios. Ainda este ano acaba de ser aprovado no Congresso o novo adicional de Imposto de Consumo, que se afirma implicar em uma arrecadação complementar da ordem de 2 bilhões e 300 milhões de cruzeiros. Ora, Senhor Presidente, ao mesmo tempo, todos os Estados estão aumentando as taxas de Imposto de Vendas e Consignações, e os Municípios, também com o empenho de maior arrecadação, procuram — e o têm realizado — aumentos de taxas de Impostos de Indústria e Profissões, Predial etc. Evidentemente, tudo isso tem que ser pago, afinal, pelo consumidor, porque o produtor não pode pagar por si e vender o seu produto com prejuízo. Ele necessariamente transfere esses ônus ao consumidor. E nessa oportunidade vêm os reflexos ulteriores do encarecimento da vida. Os preços das utilidades sobem enquanto cai paralelamente o poder aquisitivo da moeda. Para que se tenha uma visão nitida do que evidentemente acontece, temos preparado um outro gráfico a que nós iremos,

em seguida, mas, por agora, basta dizer aos Srs. Deputados que o fenómeno assim se processa:

O industrial ou agricultor, que no ano passado conseguiu produzir determinada quantidade de mercadorias para vender, e precisou, para poder movimentar sua fábrica, de 10 milhões de cruzeiros, com os novos acréscimos de tributos arrecadados pela União, Estados e Municípios, que passam também a influir sobre o custo da matéria prima, mão de obra, embalagens, etc., ao empreender a produção do mesmo volume de mercadorias, terá necessidade de maior quantidade de dinheiro.

Daí resulta, necessariamente, que os preços da sua mercadoria terão que ser aumentados. Mas não é só. Outro fato ocorre e contra ele comvém estejamos alertas porque se entrosa diretamente na evolução da política monetária, e é o seguinte:

O [industrial] ou lavrador que, para realizar determinado volume de negócios, no ano anterior, precisou de 10 milhões de cruzeiros, e no ano seguinte vem a ter necessidade de 15 milhões, precisa recorrer ao crédito. Se a política creditícia não acompanha a evolução da situação econômica e tributária, esse industrial ou lavrador não podendo encontrar, dentro do veículo normal] da circulação do crédito, que são os bancos o dinheiro de que ele necessita, recorre, inevitavelmente, aos créditos fora dos bancos, onde terá que pagar taxas de 2, 3, 4 e 5% ao mês juros esses que, inelutavelmente, têm que ser agregados ao preço das mercadorias. Mas ainda não é só. Esse recurso do produtor significa também, de outro lado, maior dilatação na expansão creditícia. K, daí a razão pela qual se verifica que a curva dos meios de pagamento evidentemente acompanha muito mais a curva da elevação da receita tributária, dos tributos em geral, do que propriamente a curva do meio circulante, no gráfico de n.º 3.

Sr. Presidente: do primeiro gráfico verificamos — e isso se a outros não causa, a mim causa ansiedade — o fato de que, não obstante a iniciativa particular, com desassombro e coragem, aliada a um certo aventureirismo do capital em nosso país e ao denodo e espírito de sacrificio dos nossos homens do trabalho conseguiram, em apenas 15 anos, quase

dobrar o volume físico global da produção da indústria e da agricultura, essa produção nem de longe pôde atender, em seus níveis normais, às exigências do fisco. Face a esses fatos, evidentemente temos de concluir que, no andar em que vamos, se não forem corrigidas essas tendências com medidas oportunas no âmbito das várias políticas — da administração, dos negócios públicos, especialmente, a monetária, a comercial, a cambial e a de investimentos e também esta a tributária — a inflação prosseguirá, cada vez para níveis mais alarmantes. E, não tenhamos dúvidas. Srs. Deputados a inflação é como o fenômeno da mare montante: à medida que sobe, vai afogando, vai asfixiando na miséria os indivíduos que estão nos mais baixos níveis de remuneração do trabalho. Se ela prossegue, então irá aumentando a área das pessoas atingidas pelo fenômeno inflacionário nas coisas essenciais à vida, fundamentais à saúde, ao equilíbrio nervoso e, mesmo, até à projeção de sua raça; se isso for acontecendo com cada vez maior quantidade do povo não tenhamos dúvida de que, quando o fato assumir o grau de calamidade chegaremos a crises políticas dentro das quais se procurarão remédios drásticos, e infelizmente têm muita popularidade os que propõem a eliminação dos direitos fundamentais do cidadão assegurados por nossa Constituição democrática.

O Sr. Artur Auãrá — Permita o ilustre colega. V. Ex.^a, nobre Deputado Hamilton Prado, está fazendo, realmente, uma explanação brilhante, que nos honra sobremodo.

O SR. HAMILTON PRADO — E' generosidade de V. Ex.^a.

O Sr. Arthur Auãrá — ...a nós, homens de São Paulo. Congratulome, portanto com o Partido Social Democrático por ter, em suas fileiras, homem da cultura e do dinamismo de V. Ex.^a.

O SR. HAMILTON PRADO — E' bondade de V. Ex.^a.

O Sr. Arthur Auãrá — E tanto mais grave o problema que V. Ex.^a expõe da tribuna, quando sabemos que no Brasil praticamos uma política completamente inversa da seguida por todos os países civilizados do mundo onde o aumento do volume da arrecadação tributária é um fator de progresso — pois a inicia-

tiva privada está pagando mais impostos em face do seu progresso. B dos benefícios que proporciona M populações, enquanto que nós fazemos o contrário: aqui a tributação, que aumenta numa espiral inflacionária como V. Ex.^a explica, não tem qualquer finalidade reprodutiva; aplicamos o montante do aumento vertiginoso da arrecadação tributária em áreas que, absolutamente, não trazem resultados proveitosos à Nação. E é de lamentar-se, Sr. Deputado, que no Brasil os homens públicos « os governos não cuidem desse setor com o carinho e a tenacidade com que V. Ex.^a o estuda.

O SR. HAMILTON PRADO — Obrigado a V. Ex.^a.

O Sr. Artur Auãrá — Espero que o governo que se vai constituir a 31 de janeiro ouça tais palavras e se louve nos argumentos e estudos de homens como V. Ex.^a, para que ponhamos fim, definitivamente, ao estado inflacionário que, como bem disse no início de seu discurso, está a corroer a economia e o bem-estar do povo brasileiro.

O SR. HAMILTON PRADO — Agradeço a generosidade dos conceitos emitidos a meu respeito, que levo a crédito da grande bondade do nobre colega. Mas, aproveite-me de um dos fatos apontados por Vossa Excelência para dizer que estava dentro do esquema de minha exposição a menção a certos outros países que hoje se empenham em reduzir determinadas classes de impostos, com a preocupação de que se verifique, por parte da economia particular, maior índice de inversões em setores produtivos que aumentem o volume das utilidades à disposição do povo, realizando, então, a verdadeira política anti-inflacionária.

O Sr. Artur Auãrá — A única maneira de enfrentarmos a inflação em que vivemos.

O SR. HAMILTON PRADO — Citaría, entre outros, o exemplo recente da Inglaterra, na redução do imposto de renda, da mesma forma que a Bélgica e os Estados Unidos.

Mas, Sr. Presidente, desejava, por enquanto, fixar que a situação que atravessamos chega a ser o prenúncio de calamidade a que devemos ficar atentos.

O Sr. Rogé Ferreira — Tendo em vista a decisão da Mesa, vai VOSSA Excelência, creio, prosseguir em seu discurso amanhã, com a enunciação de outros dados sobre o problema.

O SR. HAMILTON PRADO — Agradeço a V. Excia. a lembrança. Continuai, de fato, na próxima sessão.

O Sr. Rogé Ferreira — Só queria saber para continuar a ouvir Vossa Excelência com a atenção que me merece. Deixarei, então meus apertes para a próxima sessão.

O SR. HAMILTON PRADO — Muito obrigado.

Para que enfrentemos esse prenúncio de catástrofe e calamidade merecê se faz cuidemos da identificação das causas dessa desordem que nos poderá levar à ruína, não apenas econômica, mas social e política. Todavia, antes de fazer, em ligeiras pinceladas a identificação dessas causas, desejo situar-me nesta Casa, para que não haja preconceitos sobre os conceitos que passarei a emitir.

Sou, efetivamente, um industrial, mas nunca estive, e jamais estarei, a serviço de qualquer capitalismo de cunho individualista ou grupai.

O Sr. Artur Auãrá — Muito bem.

O SR. HAMILTON PRADO — Não sou industrial por recursos próprios, mas, praticamente, por ser empregado de categoria de uma organização cujo maior acionista é uma instituição de beneficência, organização industrial que assegura, através de sua política administrativa, nas obras da empresa, medidas de relevante contribuição ao bem-estar dos seus trabalhadores. A maior acionista da empresa recebe 2/3 dos dividendos que aplica integralmente em hospitais, em creches, em orfanatos, em educandários de meninas, outras obras diversas e especialmente numa série de escolas que estão dando ao País contribuição inestimável. Nessas escolas, reservadas exclusivamente a filhos de operários de quaisquer empresas, têm as crianças a possibilidade de chegar a níveis superiores de instrução sem o dispêndio de um centavo. Em duas delas, que funcionam em regime de semi-internato, as crianças têm assegurado, inclusive, o transporte de casa para o colégio e vice-versa. Es-

sas escolas dispensam às crianças assistência médica, hospitalar, dentária, higiênica, alimentação gratuita, etc. O ginásio que funciona em regime de internato também não acarreta sequer, despesa de um centavo para os pais dos menores.

A criança tem toda assistência que lhe assegura a formação de organismos robustos a par de assistência educacional e instrução, o que constitui contribuição das melhores para a grandeza do Brasil.

O Sr. Yukishigue Tamura — Trata-se da magnífica Fundação Helena Zerrenner, à qual desejamos no momento prestar justa e merecida homenagem, fazendo votos para que sua diretoria continui a fazer esta grande pregação da verdadeira justiça social.

O SR. HAMILTON PRADO — Obrigado a V. Ex.^a.

A melhor contribuição que essa instituição presta ao Brasil é arrancar Srs. Deputados arrancar dos meios humildes de nossa população, onde vegetam, no abandono, onde se exaurem na desnutrição, milhares de crianças que serão os homens do futuro, milhares de crianças que, por falta de assistência, poderiam vir a pôr em risco muitas de nossas instituições.

Se cabe precipuamente ao Governo fazer, merece encômios que a iniciativa particular recupere esses homens do futuro para transformá-los em cidadãos úteis e produtivos para o nosso Brasil, façam os fatores de nossa tranquilidade e prosperidade futuras.

Sendo essas as condições da minha vida privada, as palavras que aqui vou proferir, positivamente não têm nem podem ter, de longe sequer o ressaibo de qualquer interesse de natureza pessoal ou o reflexo de qualquer interesse capitalista que não se ajuste aos grandes e gerais interesses da nação.

Feitas essas considerações, desejo fixar e estabelecer que as causas desta desordem econômico-financeira, podem, de modo geral, ser divididas em dois grupos: — um, de responsabilidade do Legislativo; outro, de responsabilidade especialmente do Executivo da União.

No que respeita ao Legislativo, essas causas são: a sanha tributária; a obsessão de reivindicações sociais; a falta de diretrizes econômico-financeiras no estudo e elaboração das medidas legislativas e especialmente no preparo do Orçamento.

No que respeita ao Executivo, essas causas podem ser sintetizadas de uma forma geral na falta de uma visão de conjunto dos nossos problemas econômico-financeiros e sociais do que resultam: ausência de uma política de inversões adequada à nossa economia; política monetária no estilo clássico, mas inapropriada às realidades econômicas nacionais; indecisão na política cambial; anarquia na política tributária e administrativa; política social oportunista; ausência de normas rígidas inspiradas em motivação de essencialidade ou de utilidade econômica na elaboração dos orçamentos.

Sr. Presidente: não sei até quando poderei falar no expediente da sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE — Lamentavelmente o tempo de V. Ex.^a está findo e já estamos na hora dedicada à Ordem do Dia.

O SR. HAMILTON PRADO — Como, evidentemente teria de passar agora a uma dissertação sobre cada uma destas causas há pouco enumeradas, preferia continuar na sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE — Vossa Excelência disporá do restante do seu tempo na próxima sessão.

O Sr. Artur Aurá — Antes de Vossa Excelência deixar a tribuna desejaria sugerir que solicitasse da Mesa a inclusão, nos Anais da Câmara, dos gráficos que acompanham a exposição de V. Ex.^a, porque serão de muita utilidade aos Deputados que acompanham a oração orlhante que V. Ex.^a profere.

O SR. HAMILTON PRADO — Muito obrigado pela sugestão que, em forma de requerimento, passo à Mesa, nesta oportunidade. (Muito bem; muito bem. Palmas).

Discurso do Deputado Sr. Hamilton Prado, proferido na Sessão do dia 12 de dezembro de 1955

O SR. HAMILTON PRADO:

Sr. Presidente, Srs. Deputados: outro dia, após ter eu deixado a tribuna, foi observado, por alguns Deputados, que eu usara no confronto feito no I.º dos gráficos, dois elementos heterogêneos: de um lado, o volume físico e rígido da produção; e do outro, o volume dos tributos arrecadados expresso em moeda sujeita à inflação.

Expliquei, justificando que tal confronto era necessário para evidenciar que, do ponto de vista da riqueza material, temos evoluído lentamente, sendo que, praticamente, sobre essa mesma riqueza temos cada vez mais sido onerados por tributos ao ponto de, "per capita", passarmos a carregar, em 15 anos, 10 vezes mais do que 15 anos atrás e isso, Senhores Deputados, só no que respeita à receita tributária ordinária, à qual devem ser adicionados, todavia, para se ter melhor ideia da situação, os outros encargos fiscais resultantes das contribuições aos Institutos de Previdência, às autarquias, ágios, etc.

Quanto à outra parte da observação que me foi feita, isto é, a de que essa linha ascensional dos tributos fora sujeita aos fortes efeitos da inflação, expliquei que minha presença nesta tribuna visava a demonstrar que não obstante a arrecadação tributária haja sofrido as consequências da inflação, o que vinha ocorrendo no país, contraproducentemente, era que eles, os tributos, se haviam tornado uma das principais causas do fenômeno inflacionário. E a certeza dessa convicção me advém das razões que seguem:

Em primeiro lugar, é conveniente recordarmos que ano não se passa em que a União, os Estados e os Municípios não aumentem ou não criem

novas taxas de tributação. Mas, se isso não bastasse, aqui está fixada neste gráfico n.º 3, em vermelho, a linha ascensional do meio circulante, isto é, do volume da moeda em circulação em nosso país e, na linha azul, o volume da receita tributária. Nota-se que, antes de 1947, arrecadava-se menos de que havia moeda em circulação. A partir de 1947, se deu o inverso. Isso mostra que o crescimento da receita tributária ordinária se processou em ritmo muito mais acelerado que os das emissões, e deve ter, em consequência, influído poderosamente sobre as necessidades do aumento do meio circulante.

Se considerarmos que, em 1954, acrescida à receita ordinária as outras contribuições de cunho fiscal, tais como as de previdência social, das autarquias, ágios, etc., chegaram a um total que ultrapassa o volume dos meios de pagamento, claro fica que esse efeito muito deve ser responsabilizado pela expansão do crédito. Quando o produtor tem necessidade de pagar largas somas de tributos ele pede dinheiro emprestado... Todavia, ainda outro argumento conclusivo posso referir aos Srs. Deputados, este fornecido pelo Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria. Em 1952, fazendo confronto entre a renda nacional do Brasil e a arrecadação tributária, chegou aquela entidade à conclusão de que estávamos, em 1949, pagando, de tributos, 23,8% do volume da renda nacional. É conveniente acentuar que, nesse mesmo ano, nos Estados Unidos, país de estrutura econômica muito mais consistente e poderosa que a nossa...

O SR. PRESIDENTE — Atenção. Peço permissão ao nobre orador para submeter à Casa o requerimento de prorrogação da sessão, pedida pelo Sr. Deputado João Machado, para

que fale o Sr. Deputado Elias Adaimé, em explicação pessoal. Os Srs. que o aprovarem, queiram ficar como estão. (Pausa). Aprovado. Continua com a palavra o Sr. Deputado Hamilton Prado.

O SR. HAMILTON PRADO — Como eu dizia, Sr. Presidente, naquele mesmo ano, nos Estados Unidos, a proporção entre os tributos e a renda nacional era da ordem de 20%. No Brasil, no ano seguinte, 1950, o total dos tributos passou a corresponder a 28% da renda nacional. Nesse estudo a que me refiro, do citado Conselho Econômico, observa-se que "vinte anos antes nos Estados Unidos, numa fase de desenvolvimento muito mais adiantada que a nossa, a tributação tinha uma incidência sobre a renda nacional mais de duas vezes menor, ou seja de 9%". Todavia, Sr. Presidente, em 1954, com os dados de que dispomos, verificamos que a renda nacional atingia a 440 bilhões de cruzeiros, e, os encargos fiscais somavam o total de 150 bilhões. Já estávamos, portanto, na base de 30% da renda nacional.

Os tributos têm sido usados entre nós não apenas como meio para financiar as despesas do Estado, senão também como recurso de redução do poder de compra no mercado consumidor. Assim foi com relação aos ágios, declaradamente. Para isso, porém, não se tem considerado os efeitos secundários, muito prejudiciais ao desenvolvimento de nossa economia que os mesmos provocam. Quando se elevam os tributos, estanca o País na conjuntura em que se encontra, caracterizada por medidas de combate à inflação o produtor tem necessidade de socorrer-se ao crédito para prosseguir com o mesmo volume de produção, ou reduzir esta. Na primeira hipótese dá-se a dilatação da chamada moeda escritural. Mas, havendo compressão no crédito, o produtor socorre-se do fornecimento de numerário extrabancário onde é obrigado a pagar taxa de juro correspondente a dois, três e mais por cento ao mês, do que resultam acréscimos ponderáveis de custo sobre a produção, ou, afinal, o consumidor deverá pagar. Na segunda hipótese, padece e economia nacional pela queda do ritmo de suas atividades produtoras, não tendo sido objetivado pia-

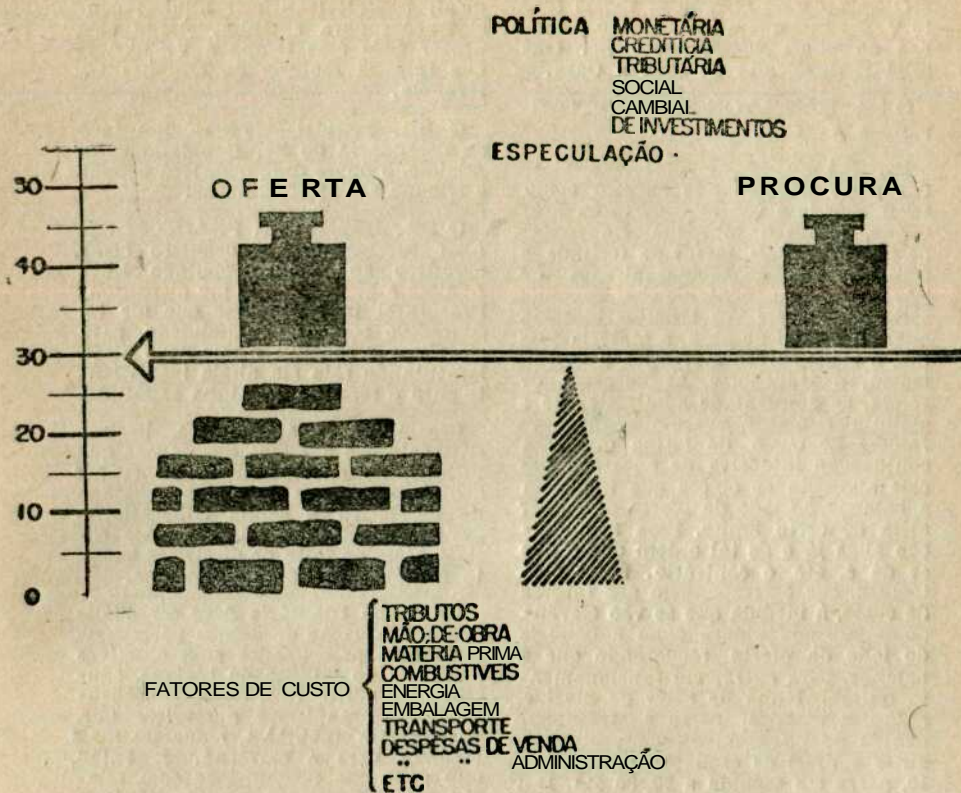
nejadamente, por afetar setores de atividades essenciais ao país.

Tais efeitos secundários, portanto, contra-indicam na atual conjuntura os acréscimos de tributos no país, assim como as orientações adotadas na própria política monetária.

Consoante os ensinamentos modernos, a inflação se caracteriza pelo excesso da procura global sobre a oferta global de bens. A diferença entre uma e outra é o chamado "gap" inflacionário. Esquematicamente, para apurarmos aqui as causas que influem sobre a oferta e a procura, podemos representar essas duas resultantes finais das forças econômicas por pratos distintos de uma balança, que tem o nível indicador dos preços do lado da oferta, como consta aqui do gráfico de n.º 4.

Assim, se, porventura, a procura cresce, permanecendo a oferta a mesma, a tendência é para a ascensão dos preços. A seta posta no extremo do lado em que está a oferta passa a indicar preços maiores. Se porém, a oferta aumenta, permanecendo a mesma a procura a tendência é para a queda dos preços.

O que tem acontecido em nosso país é que dentro da definição sintética do fenómeno inflacionário, a administração pública, em nosso país, tem jogado com a política monetária e tributária, procurando afetar o equilíbrio da balança favoravelmente ao lado da oferta. Por isso constrange o crédito e aumenta os tributos, para reduzir a procura, e, então, dentro da simplicidade desse raciocínio, a ideia é de que, permanecendo a mesma a oferta, os preços decairão. Mas, têm deixado de ser levados em consideração os efeitos secundários das medidas adotadas, e por isso surge este paradoxo estranho: o Governo restringe o crédito, aumenta os tributos com a preocupação de lutar contra a inflação, mas apenas consegue encarecer o dinheiro, enquanto os preços das utilidades continuam em ascensão. Isso, porque os efeitos secundários não se processam nos pratos da balança diretamente, mas do lado da oferta dos bens e fora dos limites de oscilação dessa balança. Esses efeitos secundários se processam como se fossem uma acumulação de obstáculos que impedem que a balan-



ça do lado da oferta, desça abaixo de determinado limite como esta aqui neste gráfico n.º 4. Eles vão aumentar o volume dos fatores de custo que formam o nível mínimo pelo qual podem ser vendidos os produtos a que não podem deixar de ser levados em consideração na formação dos preços a saber: — os tributos, o custo da mão-de-obra, a matéria-prima, o combustível, a energia, a embalagem, o transporte, as despesas de venda as despesas de administração etc.

O Sr. Georges Galvão - Nesse etc. V. Ex.ª inclui os atravessadores?

O SR. HAMILTON PRADO - Os atravessadores não influem propriamente no esquema dos custos de produção: eles interferem dentro dos limites de oscilação da balança onde V. Ex.ª encontra também a política monetária, tributária, social cambial de investimentos e a especulação.

O Sr. Gabriel Hermes — Permita o nobre colega me congratule com V. Ex.ª pela magnífica exposição que está fazendo. Lamento dispormos de tanto tempo para discussão de assuntos ponticos e de tão pouco para dedicarmos a matéria relevante como a que vem sendo admiravelmente estudada e apresentada por V. Ex.ª. Peço ao eminente colega retorne à sua dissertação em outra oportunidade ou a divulgue para edificação de quem ao assunto se devote.

O SR. HAMILTON PRADO -- Agradeço a opinião de V. Ex.ª e procurarei atender sua sugestão pois é com o coração do mesmo modo angustiado que já há várias sessões espero oportunidade para concluir este discurso, iniciado há mais de uma semana, enquanto o tempo tem sido tomado para debates políticos-partidários.

O Sr. *Georges Galvão* — Esteja certo V. Ex.^a de que a opinião não é apenas do nobre companheiro Sr. Gabriel Hermes, mas de toda a Casa.

O SR. HAMILTON PRADO — Obrigado a V. Ex.^a.

Sr. Presidente, os obstáculos criados pelos tributos não surgem como fator isolado a onerar o custo da produção, depois de acabada. Na verdade em nosso País, mercê da fertilidade com que são concebidos através de impostos, taxas, contribuições compulsórias ágios etc. os tributos também oneram a mão-de-obra, a matéria-prima, o combustível, a energia, a embalagem, o transporte as despesas de venda, as despesas de administração e assim por diante oneram todos os fatores de custo de forma que essa conjugação intensiva de encargos fiscais aumenta os óbices que impedem a balança do lado da oferta de descer além de certo limite. Essa acumulação aliás já e de tal ordem que o que se dá é, até o contrário. Esses obstáculos, que correspondem aos fatores de custo, à medida que se vão elevando impulsionam para cima a balança do lado da oferta, requerendo que a balança, para entrar em funcionamento normal tenha de subir de nível e, então, a balança passa a funcionar dentro de novos níveis de preço. Se antes o nível de oscilação normal era 10, passa em seguida a 20, 30 etc. Daí a razão pela qual as medidas adotadas com relação ao crédito ao tributo e outros recursos de que lança mãos a administração do País se revelam inúteis além de determinado ponto. Obtém-se, inicialmente, pequeno resultado — aquele que é possível dentro do limite em que a balança ainda está em oscilação livre. Mas desde que o prato da oferta atinja a limite fixado pelos fatores de custo, a balança já não poderá descer mais e então os preços não se reduzirão. E isso pela razão muito simples de que ninguém investe capital, ninguém aplica esforços em produção que não seja para o efeito de obter um resultado: o lucro. Assim, ninguém vende abaixo do custo de produção.

O Sr. *Elias Adaime* — O Sr. Presidente acaba de submeter a votos requerimento do Deputado João Machado para que eu usasse da palavra em explicação pessoal. Ia abordar assunto concernente ao Fundo Social Sin-

dical; poderei transferir minhas considerações para amanhã. Assim com prazer cedo esse tempo a V. Ex.^a já que focaliza matéria de tão alta relevância.

O SR. PRESIDENTE — Em face da desistência do Sr. Deputado Elias Adaime, o nobre orador poderá ocupar a tribuna até às 18,30 horas.

O SR. HAMILTON PRADO — Senhor Presidente: em primeiro lugar, agradeço ao nobre Deputado Elias Adaime a gentileza que me dispensou. Procurarei usar o tempo que me foi concedido com tal cordialidade, para sintetizar e concluir o que devo dizer, lamentando seja ele ainda insuficiente para o término de minha exposição.

Procurarei, já agora, tece, ligeiras críticas sobre algumas das causas que influem no encarecimento da vida e que são, dentre as de responsabilidade do legislativo a sanha tributária, a soma crescente de reivindicações sociais, além da falta de diretrizes quanto à elaboração dos orçamentos.

De sanha tributária deve ser qualificada a atuação de nobres parlamentares que, preocupados com objetivos louváveis no terreno da higiene, educação, ou outros fins, vivem concebendo novos organismos e serviços que, para serem mantidos, requerem mais recursos para o Governo. E então, sem nenhuma preocupação com relação aos reflexos da medida sobre a economia nacional, novos tributos ou majorações do? existentes são propostos. Contam-se por dezena? tais projetos no Legislativo e, ainda agora, vários deles já aprovados na Câmara aguardam aprovação no Senado. Na conjuntura que atravessamos, esse empirismo não pode continuar. Os objetivos? louváveis devem ser subordinados às diretrizes e planos governamentais e os tributos não devem ser votados sem exame das repercussões que causarão nos setores atingidos pelo novo ônus.

As reivindicações sociais devem, por seu lado, ser moderadas. Elas implicam em aumentos dos custos e portanto dos preços das utilidades. Os próprios beneficiários de tais reivindicações já compreenderam o fato. Tenho até em mãos recorte do "Diário de São Paulo" de 2 de novembro último, em que, em entrevista à imprensa, líderes trabalhadores declaram textualmente que a eles "o que inte-

ressa é a baixa do custo de vida e não o aumento salarial".

Quanto à falta de diretrizes na elaboração orçamentária, já foi ela objeto de observações por parte de alguns dos Srs Deputados, que chegaram a confessar desta tribuna que, enquanto se discute o orçamento, não se tem visão de conjunto daquilo em que ele vai implicar, no terreno das novas inversões, dos gastos para a manutenção dos serviços existentes, e, especialmente, dos ônus que vai acarretar para a coletividade.

Não é assim que procedem os povos mais adiantados. Na Suécia, por exemplo, o orçamento ordinário é o resultado da conjugação de vários trabalhos, a saber — de um lado a proposta de orçamento de cada repartição revista pelo Ministro respectivo; de outro, uma estimativa da receita prepararia pela Contadoria Geral, com base na qual o Ministro da? Finanças prepara o esboço da proposta do orçamento geral, em que acrescenta as solicitações de aumentos de tributos, se necessário; ainda, de outro lado, um relatório sobre a situação econômica do país, inclusive estimativas sobre as alterações no volume da produção e no nível do? preços e volume das exportações e importações, preparado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas; e, finalmente, ainda, estimativa? da renda nacional e o "Orçamento Econômico Nacional" relativo ao próximo ano preparado no Ministério das Finanças por uma Comissão especial constituída de funcionários categorizados, economistas e representantes das classes produtoras e trabalhadoras. Todavia, quando encaminha o Orçamento, o Ministro das Finanças apresenta também minuciosa análise dos efeitos econômicos dos impostos, subsídios e despesas de caráter sócia) que vão ser proposto? ao Parlamento. Com êsses elementos? fica o Parlamento habilitado a votar o Orçamento, com ideia da? consequências que o plano orçamentário provocará. A par dê?e Orçamento ordinário ainda existem os extraordinários. Mesmo que aqui no Brasil não possamos almejar tanta ordenação nos negócios públicos a curto prazo urge que algumas medidas modestas sejam adotadas nesse terreno. E' aliás o que proporei no final deste discurso.

O Sr. *Georges Galvão* — Iningüem tem dúvida, Sr. Deputado, de que o Parlamento é o grande culpado dessa situação que V. Ex.^a está expondo.

O SR. HAMILTON PRADO — O Parlamento?

O Sr. *Georges Galvão* — O Parlamento, repito, é o grandt culpado pela situação que V. Ex.^a está expondo.

O SR. HAMILTON PRADO — Dirvirjo um pouco V. Ex.^a. Acho que o maior responsável é o Executivo, que deveria oferecer ao Congresso Nacional as diretrizes, não só da elaboração do orçamento, como também das inversões públicas.

O Sr. *George Galvão* — E, se V. Ex.^a quer um subtítulo par provar que estou certo, aí o tem: ninguém, no Brasil tem dúvida de que o funcionalismo público civil e militar, necessita de melhoria de salário, para poder fazer face ao encarecimento do custo da vida. Tamitam, nesta Casa, dois projetos de reajustamento, em regime de urgência. O dos militares acarretará aumento de seis bilhões de cruzeiros. O dos civis deverá chegar à casa dos dezoito bilhões e meio. Veja V. Ex.^a: só aí temos mais um orçamento paralelo.

O SR. HAMILTON PRADO — V. Ex.^a tem razão. Mas observe que, efetivamente a responsabilidade do Congresso Nacional resulta principalmente da inexistência de diretrizes para elaboração orçamentaria, de programa para o nosso desenvolvimento econômico e, também, do fato de serem apresentados projeto? com objetivos, os mais louváveis mas que implicam em encargos novos, serviços novos, com despesas cujo custeio só poderá ser feito mediante a adoção de novos tributos M aumento dos já existentes.

Reamente, o que se está verificando em nosso País é desconcertante, porque a preocupação louvável dos governos de deixar um saldo de realizações não lhes tem permitido verificar a resistência do nosso organismo econômico para os empreendimentos que intentam.

Daí resulta que estamos caminhando para um terreno em que progressivamente, vamos querendo nossas riquezas criativas e subtrahendo a coletividade t um peso — um encargo brutal com o fito de obter, num futuro mais ou menos remoto uma situação que não está sequer bem planejada, Lem delineada de acordo com nossas efetivas possibilidades econômicas.

Para que se tenha uma ideia de como o Governo está investindo em nosso País, vejamos os dados a seguir para "Conjunção Econômica" em janeiro de 1955, pelos quais se verifica que, para este exercício, ao lado das dotações específicas constantes do Orçamento da União, outros empreendimentos vultosos foram autorizados pelas leis de meios aos respectivos Governos dos Estados. Diz essa revista:

"Além dos 18,8 bilhões inscritos no Orçamento da União e distribuídos pelos Fundos Especiais do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Programa Nacional do Petróleo, Banco do Nordeste, Fundo Naval, Casa Popular, Reequipamento de Ferrovias, Valorização da Amazônia e Vale do São Francisco, e da importância global de 10,2 bilhões destinados a inversões sociais, outros programas das administrações estaduais e municipais elevaram as inversões orçamentárias em 1955 a cerca de 25 bilhões. Entre outros, esse expressivo montante, outras despesas estão previstas no corrente ano para Petrobrás, Plano Nacional do Carvão, Fundo Rodoviário num valor total, aproximado, de 5 bilhões de cruzeiros".

C SR. PRESIDENTE — V. Ex.^{ta} dispõe de dois minutos para terminar o seu discurso.

O Sr. Celso Pecanha — Em todos os países civilizados do mundo o Poder Executivo traça diretrizes ao Poder Legislativo. Não somos culpados de aumento da despesa. O governo e que não fomenta a economia do País.

O SR. HAMILTON PRADO — Senhor Presidente vou encaminhar à Mesa indicação com o mínimo de reivindicações que, na emergência, poderíamos pleitear.

Vejo que não posso, realmente, fazer uma análise, mesmo superficial, dos vários elementos que entre nós estão influenciando na elevação do custo da vida: dentre os quais se destaca o tributário — em cujo âmbito discutiria o erro cometido com o recente projeto de lucros extraordinários. Evi-

dentemente é preciso terminar, pelo que proporia: 1.º) que não sejam mais votados projetos de que resultem aumentos de qualquer tributo, sem entrosamento desse novo ônus a uma previa planificação econômica que o justifique, com razões superiores; 2.º) que também não sejam mais votados projetos de que, direta ou indiretamente, resultem aumentos nos custos da produção nacional ate suavização das dificuldades que angustiam a presente conjuntura econômica.

Outrossim, sugiro que: 3.º) seja solicitada ao Ministério da Fazenda a elaboração de estudos sobre a necessária simplificação do nosso sistema tributário; 4.º) ao DASP a elaboração de estudos sobre o rendimento dos serviços públicos federais. Ao Conselho Nacional de Economia: 5.º) a elaboração de um esboço de plano geral do desenvolvimento econômico das várias regiões do país, com a previsão de um orçamento extraordinário para a execução desse plano em curto e em longo prazo; 6.º) a elaboração de um estudo e indicação de nova: normas para a elaboração orçamentária que simplifiquem o orçamento da República, que o unifiquem incorporando ao mesmo toda a receita de feição tributária — impostos, taxas e contribuições compulsórias — arrecadadas pela União e pelos organismos autárquicos e paraestatais de cunho federal e p ordem de forma a permitir na fixação das despesas, a determinação de verbas globais destinadas: a) à manutenção dos serviços existentes; b) à ampliação desses serviços; c) à conservação dos bens patrimoniais; d) ao prosseguimento de obras iniciadas; e) ao início de novas obras determinadas segundo o critério de maior essencialidade social e rentabilidade econômica do empreendimento, à base do plano referido no item 5 e outros planos a serem elaborados no setor da higiene, saúde e segurança nacionais.

Além disso, solicito ainda sejam pedidas ao Conselho Nacional de Economia: 7.º) sugestões para o sistema de fiscalização das aplicações das verbas orçamentárias de forma a assegurar o emprego das verbas nos fins previstos, a verificação dos custos das obras e serviços pagos pelo poder público em função dos preços vigentes no mercado nacional e médias que

eliminem ou reduzam as fraudes de maior e menor preço, no intercâmbio com o exterior e deem melhor e mais sólida estrutura aos balanços comerciais e de serviços do País. Tais são os requerimentos que laço a V. Excelência e que neste ato encaminho & Mesa.

Sr. Presidente: em verdade foi dito aqui, e com razão, que nós, homens públicos, temos gasto demais o nosso tempo no debate dos problemas político-partidários. Acima destes estão os relativos à política geral, que, hoje, não consiste mais, como o foi há séculos e há milênios, na luta pela liberdade pela conquista da igualdade dos direitos políticos e pela fixação do poder político em mãos do povo. Essas lutas os nossos ancestrais as travaram com imensos sacrifícios, daí resultando o patrimônio de instituições democráticas que agora desfrutamos. Hoje o que nos compete é, além da preservação dessas instituições, prosseguirmos a luta visando, essencialmente, conquistarmos o bem-estar e a felicidade para esse mesmo povo de que somos aqui os mandatários, e isso só podemos garantir pensando melhor e procurando resolver os problemas relacionados com a economia da Nação. E isso é verdade especialmente com relação ao Brasil, porque, aquilo que já acontece aí fora é angustiante para o povo.

Há dias, tive a seguinte informação: nos recintos das obras em construção na cidade de São Paulo surgem operários que pleiteiam trabalho — homens que não querem estender a mão à caridade pública — e que por falta de serviço, propõem dar recibo do salário mínimo, sem na realidade receber esse salário. Essa gente vai ganhar, Sr. Presidente, menos de Cr\$ 2 300,00 por mês. Nós, nesta casa, vivemos num Standard de vida dentro do qual...

O SR. PRESIDENTE — Lamento informar que o tempo do nobre orador está findo.

O SR. HAMILTON PRADO — Estou concluindo, Sr. Presidente.

... ter Cr\$ 2,000,00 no bolso é não ter dinheiro. No entanto, apreciável parcela da população hoje trabalha para ganhar salários dessa ordem o que significa ter apenas o suficiente para não morrer de fome.

O empenho desta Casa e do governo deve ser o de impedir, a todo transe, que a área de incidência dessa miséria se amplie, o que, todavia, será inevitável se não se dominar a inflação. Os aumentos de salários já todos sabem que não são o remédio especialmente porque os erros da administração aniquilam empreendimentos e aumentam o desemprego. Veja-se como é difícil arranjar-se um emprego de 4 ou 5 mil cruzeiros por mês.

Temos obrigação de enfrentarmos esse problema e pensar na desgraça, na angustia dessa parcela crescente do povo que caminha não apenas para a destruição do seu organismo, para a debilitação da sua saúde, mas principalmente, para a degenerescência da própria raça, porque esses nossos compatriotas têm filhos, eles terão filhos, filhos que serão mal-nutridos, mal-assistidos e que, por deficiências orgânicas e de formação, poderão vir a ser maus brasileiros, os a Nação não olhar para a situação e para o futuro dos mesmos.

Ao terminar, Sr. Presidente desejo deixar aqui os meus agradecimentos ao Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria, que me ajudou na coleta dos dados estatísticos e confecção de gráficos. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1956